



Diário
www.economico.pt
m.economico.sapo.pt

Economico.pt ^{HD} ETV

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JULHO 2015 | Nº 6218
PREÇO (IVA INCLuíDO): CONTINENTE 1,60 EUROS

SUBDIRECTORES BRUNO FARIA LOPES, FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, TIAGO FREIRE
DIRECTOR RAUL VAZ

GRANDE ENTREVISTA TEODORA CARDOSO

"Reduzir o IVA não é o melhor caminho"

As contas públicas ainda não estão estabilizadas, alerta a economista que pede prudência na descida de impostos. "É impossível continuar a pensar na despesa pública como motor do crescimento da economia", diz a presidente do Conselho das Finanças Públicas. ➔ P4 A 8 E EDITORIAL

E

ANTENA

1

Governo dá luz verde a projecto da EDP no valor de 517 milhões

O plano de desenvolvimento e investimento em infra-estruturas energéticas da EDP, no valor de 517 milhões de euros, vai avançar até 2019. O ok acaba de ser dado pelo secretário de Estado da Energia, apurou o Diário Económico. ➔ P14

Pais Antunes assume liderança da PLMJ ➔ P23



Bancos gregos reabrem hoje com limite a levantamentos

A banca grega volta hoje a abrir portas, mas os levantamentos continuam limitados. Novas medidas de austeridade avançam com a subida do IVA para 23% na alimentação e restauração. ➔ P10

Cinco protagonistas de um fim-de-semana helénico

KELLY

WHERE TOP COMPANIES GO FOR TOP TALENT

Search & Selection | Outsourcing
HR Consulting

kellyservices.pt

GANHE 1 SÉCULO DE ENERGIA

ADIRA À EDP NO MERCADO LIVRE E GANHE 100 ANOS DE GÁS NATURAL E ELETRICIDADE
Veja como participar em energia.edp.pt
Consulte o regulamento online.



Destaque Grande entrevista Teodora Cardoso

“É impossível continuar a pensar na despesa pública como motor do crescimento”

Finanças Economista pede cautela na remoção de medidas de controlo da despesa e na descida de impostos. E lembra a necessidade de uma política de médio prazo centrada no crescimento.



Rosário Lira

Tiago Freire

tiago.freire@economico.pt

Teodora Cardoso, presidente do Conselho das Finanças Públicas e uma das vozes mais respeitadas neste campo, não entra no jogo partidário. Mas deixa alertas para o que, defende, o próximo Governo tem de fazer: uma política económica e fiscal integrada e de longo prazo, privilegiando o crescimento e o investimento privado.

O que espera do próximo governo do ponto de vista financeiro e económico?

Que tenha um programa coerente, para a legislatura e não ano a ano, aquela história de que nos primeiros anos fazem-se as coisas difíceis para que nos últimos anos se fazer as fáceis, e depois nunca há espaço para fazer as fáceis. Que haja um programa para a legislatura que tenha em conta os factores que podem fazer crescer a economia, sem ‘parti-pris’ ideológicos. Tem de ser um programa virado para o crescimento, para o emprego e para a estabilidade financeira, porque sem ela nunca vamos conseguir ter a confiança dos investidores.

E a estabilidade política?

A estabilidade política é evidente que dá sempre muito jeito. Mas esse não tem sido o nosso principal problema, espero que continuemos a conseguir mantê-la.

Devido às eleições, vamos entrar em 2016 no sistema de duodécimos. Que implicações é que esta situação vai ter, sabendo que há medidas extraordinárias que só havendo um orçamento poderão estar em vigor, como a contribuição extraordinária?

Aí terá de haver uma coisa que às

vezes falta, que é bom senso, porque presumir que há medidas que vão caducar em fim de Dezembro para depois voltarem a ser postas três meses depois, parece-me completamente absurdo. As mesmas ou algo parecido. Portanto, acho que aí os partidos vão ter de se entender e estender o conceito dos duodécimos a essas medidas. Parece-me o mais razoável. O que me parece importante para 2016 e para o pós-eleições é de facto termos um programa de política económica que seja coerente para a legislatura e que tenha um programa orçamental por trás, também coerente. O orçamento para 2016 vai ser um orçamento um bocado coxo, necessariamente, porque vai ser um orçamento para pouco mais de seis meses. O que deve acontecer é que deve haver um programa que abra caminho a que essa mudança aconteça e que seja avaliável.

Quando fala em programa económico, deveria também o partido ganhador ter um programa económico, destacado do resto?

Basta que use o instrumento das Grandes Opções, que vai ter de usar de qualquer maneira, para lhe dar esse cariz, que é possível. Hoje em dia não tem preocupação praticamente nenhuma com o financiamento, mas pode ter. O Orçamento é que não deve estar tão preocupado com os seis meses ou sete, mas com a legislatura com que vai ter de trabalhar. E devem ser anunciados e assumidos compromissos políticos no início da legislatura. Há decisões que os governos têm de tomar, onde vão investir mais, gastar mais, como vão tratar política fiscal, o que é que pensam fazer para tornar as finanças públicas mais sustentáveis. Há um conjunto de decisões que deviam ficar muito claras no início da legislatura.

Disse recentemente que só com manutenção das medidas transitórias em vigor, como a sobretaxa, seria possível manter o défice

“

Não espero que possamos crescer extraordinariamente nos próximos anos.

Temos de criar condições para atrair investimento, e uma delas é ter confiança na economia, o que implica ter o orçamento bastante em ordem.

abaixo dos 3% em 2016. As pessoas estarão preparadas para isso?

O que nós dizemos não é isso. Nós temos de fazer uma análise na base de manutenção de políticas. A manutenção de políticas não nos permite, por exemplo, dizer que vai haver alterações noutras coisas. É preciso saber que para cortar essa é preciso fazer outra coisa qualquer. Há várias opções. **Não acredita que o crescimento económico seja suficiente para compensar essa menor receita?**

Mais uma vez dentro do cenário de políticas invariantes. Noutros cenários, pode ser ou não, mas é preciso saber primeiro quais são. O que me parece impossível é continuarmos a pensar nas despesas públicas como motor do crescimento económico. Isso acabou. Porque já chegaram a um nível, as despesas, os impostos, a dívida, todas essas coisas, simplesmente aumentar a despesa pública dá um efeito imediato de alguma melhoria, mas é um efeito imediato, como já verificamos largamente no passado. É necessário pensar a política económica em função do crescimento. O crescimento significa investimento e investimento também não é investimento público, mas sim investimento privado e virado sobretudo para o mercado europeu e externo. Aí temos de criar condições para atrair investimento. Uma delas é ter confiança na economia, o que implica ter o orçamento bastante em ordem. Há aqui um conjunto de factores em que a lógica passada, que foi de fazer crescer a economia por via da intervenção do Estado, não pode continuar a ser, porque não virá daí o crescimento suficiente. O nosso mercado é muito pequeno. **Relativamente às medidas adicionais que devem ser tomadas, que medidas devem ser essas?**

As medidas foram tomadas ao abrigo do plano de emergência. Não havia muito por onde escolher, eram os cortes e aumentos

Para a economista, a descida da TSU tem méritos, depende é da forma como é feita.



E^{HD}t_v

Veja a entrevista às 23h10 no **canal 16** da NOS, Meo, Vodafone e no **canal 8** da Cabovisão e em www.economico.pt

de impostos. Mas isso tem um limite e um impacto, negativo. Mas também teve algum impacto positivo, em termos de ter dado um novo fôlego ao sector exportador. O sector exportador não valia a pena, era mais prático trabalhar para o mercado interno e mais rentável. Passou a ser necessário aos empresários voltarem a interessar-se pelo mercado externo, que é mais difícil mas que é realmente aquele para onde temos que nos virar. Aí temos de ter medidas em que simultaneamente haja a tal capacidade de atrair in-

PERFIL

- Maria Teodora Osório Pereira Cardoso nasceu em Estremoz mas veio muito jovem para Lisboa.
- Licenciada em Economia

pelo actual ISEG.

- A carreira profissional começou na Gulbenkian, em 1964, passando em 1970 a trabalhar no Gabinete de Planeamento da Direcção-Geral

das Construções Escolares, do Ministério das Obras Públicas, dando aulas ao mesmo tempo.

- Em 1973 entra para o Banco de Portugal, tendo diversas funções até 1992.

- Entre 1992 e 2008 foi consultora da administração do BPI e fez parte do conselho consultivo do IGCP. Nesse ano regressou ao Banco de Portugal, integrando

o Conselho de Administração.

- Em 2012 assumiu a presidência do Conselho das Finanças Públicas.

- Foi ainda presidente do conselho directivo da FLAD.

Paulo Figueiredo



vestimento e investimento virado para o mercado externo. E nós vimos que a economia começou a equilibrar e crescer em boa parte devido a essa capacidade.

Mas também já nos disse que não é suficiente...

Não sei se é suficiente ou não. Leva o seu tempo. Não espero que possamos crescer extraordinariamente nos próximos anos. Isto leva o seu tempo. O que é preciso é montar um sistema que efectivamente crie essa capacidade de atrair investimento e esse investimento deve gerar emprego. O

facto de se criar emprego e actividade no sector exportador, vai criar também procura interna.

Mas acabando com as medidas temporárias, o que pode existir enquanto não há crescimento?

Essas medidas temporárias vão ter de ser gradualmente retiradas. Não podem ser retiradas de uma vez. Daí a história dos duodécimos e de acabarem as medidas em Dezembro. Se fizessemos isso e não fizessemos mais nada isto voltava atrás. Agora esse gradualismo tem de ser em conjunto com outro tipo de medidas. ■

“Não vejo que reduzir o IVA seja o melhor caminho”

Impostos têm de ser vistos como instrumento de política económica de longo prazo.

A descida do IVA é prematura, porque as contas ainda não estão estabilizadas. Descida da TSU, se bem feita, pode dar contributo para emprego e maior competitividade internacional da nossa economia.

Afirma que os impostos continuam a ser vistos como uma fonte de receita em vez de um instrumento de política económica. Como é que se pode alterar esta situação?

Para já, é uma mudança política e depois é uma mudança técnica. Há de facto necessidade de as entidades que decidem isso não pensarem nos impostos somente nessa perspectiva da receita. O que pressupõe o tal programa de política económica. Ao desenhar esse programa tem de se pensar nos impostos já numa visão mais do seu papel de incentivo ao crescimento e menos no seu estrito papel de receita.

Há muitas coisas que se podem fazer com os impostos, desde o tipo de impostos, da maneira como são definidos, da estabilidade, da simplicidade, é uma das coisas a que toda a gente se refere. Ponha-se no papel de um investidor e nomeadamente de um investidor estrangeiro – e nós vamos precisar desses porque temos falta de capital. Se quisermos, por exemplo fazer descer a dívida externa, a maneira mais prática é com investimento externo. Se um investidor se vê perante um sistema fiscal cheio de complexidades, que anda sempre a mudar, que lhe exige que recrute um advogado especializado e bem pago para ver quanto é que vai, em princípio gastar, vai para a Eslováquia. Um investidor externo tem o mundo inteiro à sua disposição. Porque há de vir para cá se nós só lhe arranjamos complicações? A ideia é uma política fiscal que seja simples e estável, o investidor sabe quando entra o que tem a pagar. Não é tanto saber se vai pagar mais ou menos, é saber com o que conta.

Acha que há capacidade para reduzir o IVA nesta altura?

Acho que não. Não vejo que seja o melhor caminho neste momento,

porque as coisas com o Orçamento ainda não estão completamente estabilizadas. Se começarmos por aí, corremos o risco de entrar pelo mau caminho.

Qual é a solução ou o conjunto de soluções para a sustentabilidade da Segurança Social? E como deve ser olhada a questão da TSU?

Começando pela TSU, há um problema que não é a TSU dos patrões ou dos empregados. Há um problema que é o custo do trabalho e em particular o custo de trabalho quando se está a pensar em termos de competitividade da economia. O custo do trabalho não é só o salário. Aí, há que fazer opções e fazê-las de uma maneira que seja racional. Essa discussão foi muito prejudicada pela questão de se isto era para beneficiar os patrões. Se beneficiar o custo do trabalho, sobretudo em sectores de bens transaccionáveis, isso cria emprego e torna a economia mais competitiva. É perceber todo o impacto da medida, sobre o custo do trabalho e em particular nos sectores que exportam.

Concorda então que em certas circunstâncias é uma boa ideia.

Em certas circunstâncias, é uma boa ideia, se for bem feito. Há países, é o caso da Dinamarca, por exemplo, que praticamente não tem contribuições para a segurança social e substituiu isso pelo IVA. Começámos a falar nisso no princípio da década de 1990, mas depois fomos subindo o IVA para gastar o dinheiro e nunca optámos por usar o IVA com esse efeito, que talvez tivesse sido mais útil. Agora já é difícil porque o IVA já é muito alto, torna-se tudo mais complicado.

Quando o Governo diz que é preciso poupar 600 milhões de euros

“

Nas pensões, apesar de tudo, fizemos mais do que muitos outros países

no sistema de pensões, concorda?

Isso são as contas que estão incorporadas no Orçamento e no programa de estabilidade e, se não se tiverem medidas equivalentes a essas, falha-se esse objectivo. Não é de facto boa ideia. Mas não é um problema de um ano, se há um objectivo que é de longo prazo é esse, nas pensões. Aí, apesar de tudo, fizemos mais do que muitos outros países, em termos de reforma das pensões, a questão da idade já está incorporada.

Mas acha que se podia ir mais à frente?

E fizemos agora com o programa cortes significativos sobretudo em termos da chamada taxa de substituição. Já não temos aquelas situações da reforma ser igual ao último salário, entra-se com a carreira contributiva. Houve muitas coisas que foram feitas e que são muito importantes e que garantem mais uma sustentabilidade para o futuro. A questão da idade da reforma tem muito a ver com a esperança de vida, queremos viver mais mas temos de trabalhar mais anos. É quase uma inevitabilidade.

No caso português acha que chegaremos ao ponto de ter de cortar mais nas pensões do que já se fez agora?

Não sei, vai depender muito da capacidade de financiar. Há casos em que naturalmente vai ser preciso mexer e que não estavam nesta situação de emergência, porque nós ainda temos regimes diferentes. O regime dos funcionários públicos ainda não está completamente integrado – vai ficando na medida em que os novos funcionários já estão todos na segurança social. As nossas reformas foram sempre referidas ao futuro, o passado ficou lá. Portanto esse passado às vezes ainda causa problemas. Não fizemos ainda contas especificamente sobre isso, mas é um sector que de certeza precisa de atenção. Há dois sectores, as pensões e a saúde, em que é basicamente a demografia e factores exteriores. Na saúde é a demografia, a tecnologia e a melhoria do nível de vida, que leva a maiores despesas. Nas pensões é a demografia. Se quisermos preservar esses sectores e acho que é importante que o consigamos fazer, temos de ser muito cuidadosos nas outras despesas. ■

Destaque Grande entrevista Teodora Cardoso

“Princípio de analisar programas eleitorais é interessante”

Análise Conselho das Finanças Públicas não reclama, para já, mais poderes, mas admite mais abrangência no médio/longo prazo.

Tiago Freire e Rosário Lira
tiago.freire@economico.pt

O Conselho das Finanças Públicas, presidido por Teodora Cardoso, tem como missão analisar medidas relevantes com impacto nas contas públicas, e poderá no futuro vir a alargar o seu contributo.

Acha que o Conselho das Finanças Públicas, a que preside, devia ter mais poder, mais competências?

Penso que não. A nossa influência não é imediata e directa. Não somos nem tribunais, nem juízes, nem sequer fiscais. Nós somos uma entidade que tem como obrigação analisar as coisas e facilitar a compreensão, em geral, da informação, que é uma coisa complicada em matéria de finanças públicas. E de permitir e contribuir para disciplinar essa informação, para melhorar, e para naturalmente suscitar o debate sobre ela. Não é para ter uma influência directa. Se nós tivéssemos uma influência mais directa, teríamos de ser uma de duas coisas, ou as duas em simultâneo. Ou um órgão de soberania, como é o Tribunal de Contas, ou uma entidade com legitimidade democrática, no sentido de podermos tomar decisões, ou influenciar directamente decisões. Nós somos mais uma entidade que, quem toma as decisões sabe que alguém

as vai analisar. E as vai analisar publicamente. E isso é um ponto muito importante do nosso trabalho, nós podemos e devemos publicar tudo aquilo que fazemos e não temos de pedir autorização a ninguém sobre o que vamos fazer. Nesse sentido, o nosso papel é mais importante do que à primeira vista parece, embora não tenha esse efeito imediato.

Falou-se da questão da análise dos programas eleitorais por parte do Conselho. Isso poderia ser algo interessante para a população, de ter alguma coisa traduzida do que aquilo significa?

O princípio em si mesmo é interessante. Aliás, publicámos um texto sobre isso, que no fundo descreve as principais experiências que existem, que não são muitas. Basicamente, os dois casos típicos, temos o holandês e o americano. O americano é o caso mais próximo do nosso, mas

qualquer deles tem já uma experiência de décadas. E no caso americano, eles não analisam propriamente as campanhas eleitorais, analisam depois os orçamentos e os programas orçamentais. O único que faz isso em específico é o holandês, que faz mesmo a análise dos programas eleitorais dos diferentes partidos. Não há nenhuma lei a dizer que isso deve ser feito. Foi feito porque os partidos políticos acharam que seria útil. Eu diria que é uma coisa interessante, mas depende muito do próprio desejo dos políticos, da reputação da instituição e exige uma instituição com capacidade para analisar muitas coisas para além do orçamento. Portanto, de outra maneira é uma coisa feita muito por obrigação e de uma maneira mais superficial, podia virar-se contra o sistema e contra nós. Porque podia-nos envolver, sem o devermos estar, numa campanha eleitoral.

E faria sentido, por exemplo, o Conselho ser chamado a uma intervenção maior na nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO)?

Não directamente. Essa entidade é importantíssima e seria muito mau que ela não existisse. Porque o problema desta lei vai ser exactamente implementá-la. Tem muitos domínios técnicos, diversos entre si, que são absolutamente essenciais para que possa funcionar. Acho que a unidade deve existir. Não acho que devamos ser nós directamente, porque aquilo tem aspectos técnicos muito específicos. Isto não quer dizer que nós não tenhamos aí um papel e que já disse que tencionamos cumprir, que é exactamente acompanhar essa implementação. Isso é uma obrigação nossa.

Esta LEO está a ser falada quase como uma revolução na forma como o orçamento é feito. Isso é excessivo?

Não gosto do termos revolução, porque as revoluções tendem a deixar tudo na mesma. Não é a minha palavra preferida neste caso. Mas que é realmente uma mudança muito profunda e que já

A presidente do Conselho de Finanças Públicas defende que a administração pública deve dar incentivos aos funcionários mais qualificados.



Paulo Figueiredo

se devia ter feito há muito tempo, em vários aspectos. Desde logo, há o ponto da integração do orçamento com a política económica. Temos desde 75, na Constituição aquela figura das Grandes Opções do Plano e ao lado dela o Orçamento. Ao lado mas completamente separados. Grandes Opções é uma coisa que supõe que seja Grandes Opções de Política Económica, que não vão para lá todos os anos, mas a lei faz-se todos os anos e o orçamento também, anual e sem qualquer espécie de abordagem ou que sejam as consequências futuras. Embora saibamos que a maioria das decisões de política orçamental está muito longe de se esgotar no ano. E tem implicações com a política económica, assim como as tais Grandes Opções de Política Económica só vão ser 100% cumpridas e viáveis se tiverem capacidade financeira para. Por outro lado, ao entrar com a capacidade financeira nas grandes opções de política económica, é-se obrigado a reconhecer que o financiamento nunca é infinito, como nos esquecemos durante bastantes anos. E exige estabelecer prioridades de despesa, que é uma coisa que nós também nunca fizemos. Esta lei procura para já integrar as Grandes Opções no próprio processo orçamental e dar a

ambos uma óptica mais de médio prazo. Que não está muito explícito na lei, mas que para mim faz sentido se se visse as Grandes Opções como um programa de política económica para a legislatura. Para as pessoas também puderem compreender o que é que o Orçamento e o Governo faz, mas também para o sector público poder funcionar melhor. Todas estas coisas já estão nas nossas leis há muitos anos. Nesse aspecto não há revolução nenhuma. As palavras existem. O que não existia e ainda não existe e daí a importância da implementação, são os instrumentos necessários para poder concretizar estas coisas. A outra coisa que a lei consagra são os programas orçamentais. Isso já existe na lei, mas para facilitar chamou-se aos ministérios programas. E ficou tudo na mesma. O programa o que exige é que haja também definições de objectivos concretos, reais, o que se pretende fazer, não só o que se pretende gastar. E consequentemente também quanto é que custa fazer, o que depois permite desde logo fazer a tal capacidade de definir prioridades e depois avaliar o efeito das medidas. Tudo isto está incorporado nesta lei e a vantagem que ela tem é ter tornado isto um conjunto mais coerente. ■

RESPOSTA RÁPIDAS

Banco de Portugal

Instituição a quem devo muito e não é em dinheiro. Devo ter aprendido muito e foi e continua a ser uma instituição que apostou no conhecimento. Nesse sentido, acho que todos nós lhe devemos muito.

Carlos Costa

Teve pouca sorte no primeiro mandato, espero que tenha mais agora no segundo.

Passos Coelho

Conheço-o mal. Não costumo atender muito aos políticos, mas parece-me que fez melhor do que talvez se esperasse dele quando foi para o Governo.

Filosofia política

É um tema que eu gosto muito mas que é complicado.

Michel de Montaigne

O Montaigne era um senhor que sabia muito bem reflectir sobre o que se passava no mundo à volta dele, que é uma coisa que nós precisamos de ser capazes de fazer.

Teodora

Isso é mais para serem vocês a dizer do que eu, a não ser que seja a Imperatriz de Bizâncio.

Portugal

É um país complicado, mas apesar de tudo vale a pena continuar a apostar nele.

Destaque Grande entrevista Teodora Cardoso

Paulo Figueiredo

Teodora Cardoso recebeu o **diário Económico** e a **Antena 1** no seu gabinete no Conselho das Finanças Públicas, em Alvalade.



“Não é possível resolver de fora a situação da Grécia”

Europa A Grécia está numa situação muito difícil e os primeiros sinais após o acordo de princípio com a União Europeia não reforçam qualquer sentimento de confiança.

Tiago Freire e Rosário Lira
tiago.freire@economico.pt

A Grécia deve permanecer no euro, mas há muitas dúvidas sobre o sucesso do novo programa. Para Teodora Cardoso, um dos principais problemas é a falta de adaptabilidade do povo e das instituições gregas.

Tivemos dois programas de resgate à Grécia que não foram particularmente bem sucedidos, estamos a avançar para um terceiro. Não é tentar que a mesma medida dê um resultado diferente?

É a tal história que dizia o Einstein, a definição de estupidez: fazer a mesma coisa e esperar que o resultado seja diferente. É muito complicado. Sobre a Grécia tenho muitas dúvidas. Para já, nunca acompanhei a economia grega, que é uma coisa muito estranha. É uma economia fechada quase, com excepção do turismo, não tem praticamente indústria, tem muito pouco sector produtivo e

vive muito de importações e das suas relações com o exterior. Isto podia ser mais bem gerido. Fez um pouco como nós, teve uma fatura de fundos europeus – tiveram muito mais do que nós – alimentou a procura interna e uma expansão interessante – aliás a Grécia cresceu mais do que nós na maior parte do tempo, mas à base destas ajudas e do crédito externo. Quando é apanhada nesta crise, ficou numa situação muito frágil e teve uma coisa que se continua a manifestar que é a falta de adaptabilidade. É uma das nossas qualidades, porque nós conseguimos apesar de tudo tomar estas medidas de cortes, mas a economia também mudou. Já na Grécia não. Por um lado a situação não se presta a isso, a falta de um sector industrial é muito pesada neste aspecto, mas também porque não houve muito essa tendência. Eles tomaram medidas chamadas estruturais mas que são mais aquelas medidas de fazer leis, mas que depois não se cumprem. Acho que

a Grécia tem um grande problema de governação, não só política, mas também de empresas. Há ali uma situação que é complicada porque não pode ser resolvida de fora. Aí é que está o problema dos programas, as soluções para a Grécia têm de ser os gregos a encontrar-las, com ajuda evidentemente porque sem ela não vão lá. Mas o debate é esse, até que ponto essa ajuda vai ser usada pelos gregos para conseguir resolver os problemas que eles têm ou apenas para conseguirem continuar a sobreviver mal.

Concorda com a visão de que não eram as medidas dos programas que estavam mal desenhadas para o caso grego, mas o facto de a Grécia não as ter implementado como devia ser e não ter feito essa transformação da economia?

As duas estão ligadas. A grande diferença deste último programa, que não sei se resultará, é exigir que eles tomem uma série de medidas antes de receberem o dinheiro. O pior é que essas medidas

“

Perdoar a dívida tinha um enorme problema: a Grécia ia continuar a endividar-se da mesma maneira que se endividou antes.

Há um grande problema de governação, não só política mas também de empresas.

vão ser, mais uma vez, legislativas, que ninguém garante que se cumpram. Agora ainda menos, atendendo à situação política cada vez mais complicada.

Não faria mais sentido reestruturar a dívida em vez de estar a em-prestar mais dinheiro?

Perdoar a dívida tinha um enorme problema. O que é que aconteceria a seguir: a Grécia ia continuar a endividar-se da mesma maneira que se endividou antes. Isso compreendo perfeitamente, não é pelos bancos. É porque um país que usou imensa dívida e usou-a mal, se dizemos que não precisa de pagar vai continuar a fazer o que já fazia antes. Não pode ser assim. Tem de haver um conjunto de condições quanto ao uso dessa dívida. O problema está na definição dessas condições e aí há uma grande dificuldade. É que os tais cortes ou aumentos de impostos é uma coisa que se põe no programa faz-se e está feito. Quanto às medidas de governação, as instituições internacionais podem ter muitas ideias, mas não são eles que vão fazer as leis e nem sequer se apercebem porque só quem está dentro é que é capaz de se aperceber de todas as nuances, consequências inesperadas, escapatórias. Se o país não cooperar e não estiver motivado, aí é importante a ‘ownership’ das políticas, que foi coisa que a Grécia nunca teve e agora ainda tem menos... não é fácil perceber como é que este programa vai funcionar. Eu não tenho grande esperança. Agora, é preciso fazer alguma coisa. Os gregos querem duas coisas que são incompatíveis e que este governo lhes disse que eram compatíveis.

Mas seria vantajoso que a Grécia saísse temporariamente do Euro?

É a ideia do Schäuble. Para a manutenção da Zona Euro era capaz de ser bom, agora para a Grécia não acredito muito que fosse. O que acontece com uma outra moeda? Vai ter uma taxa de desvalorização absolutamente brutal. Quem é que quer aquilo? Com essa desvalorização num país que não exporta, porque no turismo tanto faz – quem vai para aquelas ilha de luxo não é pelo preço – portanto, a Grécia não vai beneficiar na balança de pagamentos de uma desvalorização. O poder de compra das pessoas é que leva um rombo absolutamente extraordinário, que vai agravar ainda mais o que já existe. A única vantagem é que não há medidas, as pessoas recebem mais dinheiro mas cada vez podem comprar menos.

O ideal é manter a Grécia na Zona Euro?

Eu acho que é o ideal, agora a Grécia precisa de pôr a casa em ordem.■